



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13805.011060/97-12  
Recurso nº. : 129.543  
Matéria : IRPF - Ex(s): 1993  
Recorrente : GILBERTO LUIZ DI PIERRO  
Recorrida : DRJ em SÃO PAULO - SP  
Sessão de : 10 de julho de 2002  
Acórdão nº. : 104-18.869

SIGILO BANCÁRIO - NULIDADE DO PROCESSO FISCAL - Iniciado o procedimento fiscal, a autoridade fiscal poderá solicitar informações sobre operações realizadas pelo contribuinte em instituições financeiras, inclusive extratos de contas bancárias, não se aplicando, nesta hipótese, o disposto no art. 38 da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (art. 8º da Lei n.º 8.021/90).

IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA - A afirmação do próprio contribuinte de que o depósito bancário tem origem na prestação de serviço a pessoa jurídica, afasta a tese de lançamento com base em depósito bancário e dá ensejo à exigência do imposto pela omissão do rendimento.

Preliminar rejeitada.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por GILBERTO LUIZ DI PIERRO.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de nulidade do lançamento e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

REMIS ALMEIDA ESTOL  
VICE-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

JOÃO LUIS DE SOUZA PEREIRA  
RELATOR



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13805.011060/97-12  
Acórdão nº. : 104-18.869

FORMALIZADO EM: 18 OUT 2002

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE, ROBERTO WILLIAM GONÇALVES, JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO, VERA CECÍLIA MATTOS VIEIRA DE MORAES e ALBERTO ZOUVI.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Alberto Zouvi".



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº : 13805.011060/97-12  
Acórdão nº. : 104-18.869  
Recurso nº. : 129.543  
Recorrente : GILBERTO LUIZ DI PIERRO

R E L A T Ó R I O

Trata-se de recurso voluntário contra decisão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo - SP que manteve integralmente o lançamento do IRPF e acréscimos legais do exercício de 1994, em razão da omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica sem vínculo empregatício, conforme apurado no auto de infração de fls. 22 e seus anexos.

Às fls. 26/32 o sujeito passivo apresenta sua impugnação sustentando, em apertada síntese, que: (a) os valores recebidos poderiam ter sido escriturados em livro caixa e, portanto, somente esta infração formal deveria estar sendo exigida; (b) o lançamento não pode prosperar visto que foi indevidamente violado seu sigilo bancário.

Às fls. 35/41 a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo - SP manteve integralmente o lançamento através de decisão que recebeu a seguinte ementa:

**PRELIMINAR - SIGILO BANCÁRIO** - A prestação de informações solicitadas pelos órgãos fiscais tributários do Ministério da Fazenda e dos Estados, por parte das instituições financeiras, não constitui quebra do sigilo bancário.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13805.011060/97-12  
Acórdão nº. : 104-18.869

**OMISSÃO DE RENDIMENTOS** - São tributáveis os rendimentos do trabalho sem vínculo empregatício, evidenciados por cheque emitido por pessoa jurídica em favor do contribuinte.

**LANÇAMENTO PROCEDENTE.**

Regularmente intimado desta decisão em 27 de setembro de 2001, o contribuinte interpôs seu recurso voluntário em 25 de outubro de 2001, através do qual basicamente ratifica suas manifestações anteriores.

Processado regularmente em primeira instância, o recurso é remetido a este Conselho para apreciação do recurso voluntário interposto.

É o Relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "É o Relatório.", is written above a stylized, circular, hand-drawn arrow pointing to the right.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13805.011060/97-12  
Acórdão nº. : 104-18.869

V O T O

Conselheiro JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA, Relator

O recurso deve ser conhecido, visto que estão preenchidos todos os pressupostos legais e regimentais de admissibilidade.

A questão em discussão nestes autos diz respeito à exigência do imposto de renda em razão de rendimentos oriundos de pessoa jurídica não oferecidos à tributação pelo recorrente.

Em sua defesa, sustenta o recorrente, preliminarmente, que o lançamento é imprestável, visto que a matéria objeto do lançamento decorreu da quebra de seu sigilo bancário.

A preliminar suscitada não merece ser acolhida.

A argumentação do recorrente é de que o procedimento fiscal não tem amparo legal, para tanto, alega, que o fornecimento de extrato bancário aos autuantes não tem assente em lei, pois somente com autorização judicial pode a Fiscalização solicitar à instituição financeira extratos de contas bancárias mantidas pelos contribuintes.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "João Luís de Souza Pereira".



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13805.011060/97-12  
Acórdão nº. : 104-18.869

Nos termos da lei, o sigilo bancário será quebrado sempre que houver processo instaurado e a autoridade fiscalizadora considerar necessário, pois é sabido que os estabelecimentos bancários não poderão eximir-se de fornecer à fiscalização, em cada caso especificado pela autoridade competente da Secretaria da Receita Federal, cópias das contas-correntes de seus depositantes ou de outras pessoas que tenham relações com tais estabelecimentos, nem de prestar informações ou quaisquer esclarecimentos solicitados, se a autoridade fiscal assim o julgar necessário, tendo em vista a instrução de processo para qual essas informações são requeridas.

A lei n.º 8.021/90 revoga, para fins fiscais, a obrigatoriedade das instituições financeiras a conservar sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados, estabelecido no art. 38 da Lei n.º 4.595/64. Este último dispositivo legal já estabelecia em seus parágrafos 5º e 6º que:

" 5º - Os agentes fiscais tributários do Ministério da Fazenda e dos Estados somente poderão proceder a exame de documentos, livros e registros de contas de depósitos, quando houver processo instaurado e os mesmos forem considerados indispensáveis pela autoridade competente.

6º - O disposto no parágrafo anterior se aplica igualmente à prestação de esclarecimentos e informes pelas instituições financeiras às autoridades fiscais, devendo sempre estas e os exames serem conservados em sigilo, não podendo ser utilizados senão reservadamente."

O texto acima que é parte da lei que estruturou o Sistema Financeiro Nacional, estabelece com clareza a obrigatoriedade que os bancos tinham de permitir aos agentes fiscais o exame dos registros de contas de depósitos. Para isto, bastaria demonstrar a existência de processo fiscal e declarar que tal documentação era indispensável a investigação em curso. Desta forma, fica demonstrado que, já em 1964, os bancos estavam obrigados a fornecer à fiscalização documentação a respeito de transações com seus clientes.

A handwritten signature is present at the bottom left, consisting of stylized initials and a surname.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13805.011060/97-12  
Acórdão nº. : 104-18.869

Já em 1966, a Lei n.º 5.172/66 (Código Tributário Nacional) promoveu alterações no dispositivo acima transcrito, eliminando a exigência de prévia existência de processo. No art. 197 o Código Tributário Nacional dispõe:

"Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

.....  
II - os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras."

Após a edição do Código Tributário Nacional, o Decreto n.º 1.718/79 reforçou a obrigatoriedade que têm os bancos de prestar informações às autoridades fiscais. No art. 2º daquele ato legal foi estabelecido:

"Continuam obrigados a auxiliar a fiscalização dos tributos sob administração do Ministério da Fazenda, ou quando solicitados a prestar informações, os estabelecimentos bancários, inclusive as Caixas Econômicas, os Tabeliães e Oficiais de registro, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, as Juntas Comerciais ou as repartições e autoridades que as substituírem, as Bolsas de Valores e as empresas corretoras, as Caixas de Assistência, as Associações e Organizações Sindicais, as Companhias de Seguros, e demais entidades ou empresas que possam, por qualquer forma, esclarecer situações para a mesma fiscalização."

Atualmente sob o comando da Lei n.º 8.021/90, que diz:

"Art. 8º - Iniciado o procedimento fiscal, a autoridade fiscal poderá solicitar informações sobre operações realizadas pelo contribuinte em instituições financeiras, inclusive extratos de contas bancárias, não se aplicando, nesta hipótese, o disposto no art. 38 da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "DJV".



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13805.011060/97-12  
Acórdão nº. : 104-18.869

Parágrafo único - As informações, que obedecerão às normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, deverão ser prestadas no prazo máximo de dez dias úteis contados da data da solicitação, aplicando-se, no caso de descumprimento desse prazo, a penalidade prevista no § 1º do art. 7º."

Os dispositivos legais acima citados, não declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, dão respaldo ao procedimento da fiscalização. Por esta razão, rejeita-se o argumento de que os documentos bancários foram obtidos de forma ilícita. O sigilo bancário, face a farta legislação existente, não pode ser argüido com a finalidade de negar informações ao fisco.

Assim, está afastada a pretensa quebra de sigilo bancário, pois há permissão legal para que o Estado através de seus agentes fazendários, com fins públicos (arrecadação de tributos), visando o bem comum, possa ter acesso aos dados protegidos, originariamente, pelo sigilo bancário. Ficam o Estado e seus agentes responsáveis, por outro lado, pela manutenção do sigilo bancário e pela observância do sigilo fiscal.

No mérito, sustenta o recorrente que a omissão de rendimentos não foi devidamente comprovada pelo fisco e, portanto, o lançamento resvalaria para a exigência do imposto com base exclusivamente em depósito bancário.

Também no mérito não assiste razão ao recorrente.

Muito embora o procedimento de fiscalização tenha partido da constatação de um depósito na conta corrente do recorrente, houve a expressa preocupação da autoridade lançadora em saber a origem do referido depósito (fls. 16).



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13805.011060/97-12  
Acórdão nº. : 104-18.869

Em resposta, o próprio recorrente afirmou que tais recursos decorreram da prestação de serviços à empresa depositante (17). Mais do que isso, o recorrente afirmou ter consumido integralmente tais recursos.

Desta forma, não se trata de lançamento com base em depósito bancário. Trata-se, isto sim, de lançamento por omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica, conforme confessou o próprio recorrente.

Não tendo sido verificado o oferecimento de tais valores à tributação, é pertinente a exigência do imposto.

Por todo o exposto, REJEITO a preliminar de quebra indevida do sigilo bancário e, no mérito, NEGOU provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 10 de julho de 2002

JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA